

SANTUÁRIO DO CABO ESPICHEL

Margarida Elias

Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da
Universidade Nova de Lisboa



INTRODUÇÃO

O Santuário do Cabo Espichel, também conhecido como Santuário de Nossa Senhora da Pedra Mua, foi igualmente apelidado de Cabo da Santa Esperança, pelas pessoas que aqui se deslocavam em romaria, na «esperança de achar remédio às suas enfermidades» (Martins, 2017, 6).

Integrado no conjunto montanhoso da Serra da Arrábida, este Santuário situa-se num promontório natural que atinge 135 metros de altura, localizado a oeste da vila de Sesimbra (Noé, 2013). A sua localização contribuiu para acentuar a sacralização do lugar, que se relaciona, pelo menos desde o século XV, com o Culto a Nossa Senhora do Cabo.

HISTÓRIA

A Lenda

Existem duas lendas que procuram explicar a fundação do Culto de Nossa Senhora no Cabo Espichel. A primeira tem duas versões, ambas referindo-se ao achamento da imagem da Virgem. Na mais antiga, registada em 1701, por de Frei Agostinho de Santa Maria (1642-1728), diz-se apenas que «os que primeyro descobrirão este rico thesouro,

forão alguns homes da Caparica» (Álvaro, 2010, 41). Na segunda, relatada por Frei Cláudio da Conceição, na *Memória da Prodigiosa Imagem de Nossa Senhora do Cabo*, em 1817, desenvolve-se a história, com alguma alteração de detalhes, pois o achado foi feito por um homem de Alcabideche e por uma mulher da Caparica, levados ao local por uma visão. Ambos encontraram «a Prodigiosa Imagem da Mãe de Jesus»; fazendo-se depois a Ermida, onde «se colocou a Prodigiosa Imagem » (citado in Pereira, 2005, 112; cf. também Álvaro, 2010, 42; Pereira, 2014, 117).

A segunda lenda é novamente relatada no *Santuário Mariano* de Frei Agostinho de Santa Maria: «Outros afirmarão que a Senhora apparecêra na praya que lhe fica em baixo da mesma penha, aonde se aedificou a Ermidinha, e que apparecêra sobre huma jumentinha, e que esta subira pela rocha assima, e que ao subir hia firmando as mãos, e os pés na mesma rocha, deixando impressos nella os vestígios das mãos, e pés» (Álvaro, 2010, 42). Esta versão tem a particularidade de associar a aparição da imagem à interpretação das «pegadas de dinossauros identificadas (...) nas falésias vizinhas do Santuário» (Pereira, 2014, 117). As pegadas seriam, na interpretação popular, o rasto milagroso deixado pela “jumentinha”. Esta lenda estará na origem do nome de Santa Maria da Pedra da Mua, pois esta última palavra é uma antiga forma de mula (cf. Martins, 2017, 117 e 119).

Iremos de seguida analisar a Ermida da Memória, mas importa para já referir que os seus painéis de azulejo, contam a lenda do lugar, juntando as duas tradições (Álvaro, 2010, 44).

A Ermida da Memória

Assim como asseverou Fernando Pereira, é «provável que o culto a Nossa Senhora do Cabo constitua a cristianização tardia de cultos muito anteriores, numa espécie de contínuo de sucessivas sacralizações que se estendem desde os tempos pré-históricos até ao domínio muçulmano» (Pereira, 2014, 120).

Os documentos mais antigos referentes ao culto no Cabo, datam de 1366, 1414 e 1428. O primeiro é uma carta de D. Pedro I (1320-1367), com data de 12 Abril de 1366, que se refere aos romeiros de Azeitão que vão a Santa Maria do Cabo (cf. Ferreira, Cabaça, 2011, 43; Álvaro, 2010, 48-49). O segundo (1414) corresponde a uma «carta de consentimento e autoridade» feita por Diogo Mendes de Vasconcelos, comendador de Sesimbra, para

doar a «Ermida de Santa Maria do Cabo, local de romagem e grande devoção, ao Mosteiro de Santa Maria do Carmo de Lisboa». O terceiro documento refere-se à doação do mesmo lugar aos frades dominicanos. O motivo de existirem estas duas doações, prende-se com o facto de ambas terem sido recusadas, devido à «inabitabilidade do lugar» (Álvaro, 2010, 47).

Apesar do primeiro documento ser de 1366, de acordo com os autores que escreveram sobre este tema, a aparição da Virgem Maria ter-se-ia dado em 1410, e só nessa altura teve início o culto (Martins, 2017, 13). Esse é também o ano do I Compromisso da Confraria, que marcou o início das peregrinações organizadas ao Cabo (Álvaro, 2010, 48).

A primeira construção do Santuário é a Ermida da Memória, que já estaria construída em 1414, e que marca o local do achamento da imagem (cf. Pereira, 2017, 119). Esta pequena construção destaca-se pela sua situação isolada, no extremo Noroeste do Promontório, isto é, fora da protecção conferida pela Igreja e as Hospedarias. Já foi considerada um dos «mais belos exemplos» de capelas «de beira-mar», «tradição fortemente arraigada nos costumes religiosos do nosso povo» (Freitas, 1961, 38-39).

O formato da Ermida deve ser salientado, pois assemelha-se a um cubo sobrepujado por uma cúpula contracurvada, que lhe confere um «cariz quase escultórico». A sua forma remete para a geometria simbólica da «caaba», o “cubo sagrado” do Islão, fazendo pensar que esta edificação é «provavelmente uma reminiscência da ocupação muçulmana» (Álvaro, 2010, 85; cf. também Pato, 2016, 193 e Pereira, 2017, 119). No interior da Ermida existe, como atrás dissemos, um silhar de azulejos que representa a lenda do santuário. O edifício foi restaurado em 1758, data que corresponde possivelmente à feitura dos azulejos (Noé, 2013).

A Primeira Igreja e as Hospedarias

No ano de 1495, com o crescimento da afluência de romeiros, foi decidida a construção de uma Igreja dedicada a Nossa Senhora do Cabo (Álvaro, 2010, 52). Esta primeira Igreja foi demolida, dela subsistindo uma descrição do Infante D. Jorge de Lencastre (1481-1550), Mestre da Ordem de Santiago, a *Visitacam da Irmyda de nosa Snra do cabo*, de 1516 (que se encontra na Torre do Tombo). Dessa igreja ficou a imagem dita primitiva

do orago e duas pinturas quinhentistas sobre madeira, atribuídas à oficina Luso Flamenga do Mestre da Lourinhã, e que se guardam na sacristia da igreja actual (Pereira, 2014, 120). Sabe-se que esta terá sido uma «igreja com alguma riqueza ornamental», em torno da qual se construíram as primeiras hospedarias, distribuídas de «forma circular quase fechada» (Álvaro, 2010, 52).

No dia 15 de Maio de 1585, foi aprovada a Procissão pelo Cardeal Arcebispo de Lisboa, embora a Confraria de Nossa Senhora do Cabo só fosse formalmente instituída em 1672 (Ferreira, Cabaça, 2011, 43).

A Nova Igreja e as Hospedarias

Em 1701, teve início a construção da actual Igreja, no mesmo lugar onde estava a anterior, sendo esta demolida, assim como as antigas hospedarias, sabendo-se que alguns materiais das antigas construções foram reutilizados nas novas (Pereira, 2014, 123). O complexo foi edificado sob a orientação do Infante D. Francisco (1691-1742), filho de D. Pedro II, senhor da casa do Infantado e provedor da Irmandade de Nossa Senhora do Cabo (Álvaro, 2010, 63).

O projecto da Igreja, e possivelmente das hospedarias, é atribuído ao arquiteto João Antunes (1643-1712) que era arquitecto da Casa do Infantado, promotora da obra. João Antunes iniciou a sua carreira como mestre-pedreiro, provavelmente desde 1669. Trabalhou sobretudo com João Nunes Tinoco (c. 1610-1689) e, em 1683, era aprendiz de arquitectura civil na Aula do Paço. Foi arquitecto das Ordens Militares de Cristo, São Tiago e São Bento de Avis, em 1697. No ano de 1699, tornou-se arquitecto régio, sendo depois arquitecto da Casa do Infantado e arquitecto da rainha D. Catarina de Bragança (Álvaro, 2010, 59).

A igreja foi inaugurada em Julho de 1707, sendo o momento marcado com uma cerimónia da transladação da imagem da Senhora do Cabo desde a Ermida para a nova igreja, a que assistiu o Infante D. Francisco.

Arquitectonicamente, a igreja insere-se no estilo chão, com paredes rebocadas e pintadas de branco. A fachada principal, virada a oriente, para o terreiro é terminada por frontão triangular sobreposto por aletas, que no tímpano apresenta a imagem do orago. No

alinhamento da fachada dispõem-se as torres sineiras. Adossada à Igreja está a casa da tribuna, sacristias e anexos.

O interior da Igreja caracteriza-se por uma única nave de planta rectangular, com capela-mor e capelas laterais. O interior obedece ao esquema maneirista e nele sobressai a abóbada de berço decorada com pinturas em *trompe l'oeil*, com iconografia Mariana, concebidas por Lourenço da Cunha, em 1740. Este pintor, que estudou cenografia em Roma, foi considerado o melhor dos pintores portugueses do seu tempo neste género de composição em perspectiva.

A Igreja terá sofrido alguns danos com o Terramoto de 1755, o que está na origem do restauro do tecto, ao que parece apenas no sector central, por José António Narciso (1731-1811), por volta de 1770 (Pereira, 2014, 123). Seja como for os danos não terão sido significativos, pois os círios continuaram a realizar-se sem interrupção (Álvaro, 2010, 55).

Exteriormente, a igreja está ligada às hospedarias através de dois corpos rectangulares simétricos, um de cada lado, que correspondem à casa das pratas e dos festeiros (do lado Sul) e à habitação do capelão ermita e ao armazém para a berlinda (do lado Norte). Cada um desses corpos possui um passadiço inferior, em arco de volta perfeita, que dá acesso ao promontório e à Ermida da Memória (Noé, 2013).

As hospedarias do Santuário destacam-se pela sua arquitectura despojada, sendo possivelmente atribuíveis a João Antunes, pelo facto de formarem um conjunto coeso com a Igreja (Álvaro, 2010, 64). A sua maior simplicidade será consequência do «desejo da própria Confraria e executantes da obra» (Álvaro, 2010, 64). As hospedarias começaram a ser construídas em 1715, foram ampliadas entre 1745 e 1760, e o prolongamento definitivo da ala norte data de 1794 (Álvaro, 2010, 54). Em 1770, a pedido dos círios, sobretudo o de Lisboa, foi mandada construir a Casa da Ópera, encostada ao lado Norte do complexo (Pereira, 2014, 123; Martins, 2017, 24).

A Casa da Água

A Casa da Água, datada de 1770, corresponde a uma mãe de água, inserida em horta murada. Este pequeno edifício tem valor simbólico na geometria do espaço, pois está alinhado com o restante Santuário, o «que leva a crer que a sua inserção paisagística tenha sido inteiramente planeada com rigor» (Álvaro, 2010, 94; cf. também Pereira, 2005, 126-127).

A Casa tem planta hexagonal e uma só porta virada a Oeste. Paulo Pereira é da opinião que a sua traça pode ser atribuída Mateus Vicente de Oliveira (1706-1786), que era desde 1750-1752, o arquitecto da Casa do Infantado (Pereira, 2005, 126). O interior é iluminado por um lanternim e na parede oposta à entrada está um tanque barroco ornamentado com uma cabeça de leão. As paredes têm painéis de azulejos da Fábrica de Belém (muito arruinados), com cenas das romarias.

Em volta da Casa da Água está uma cerca dividida em três partes. Na parte Norte há um portal que faz a transição para o arraial. Do lado Sul existia um jardim «dedicado ao lazer e descanso dos romeiros» (Álvaro, 2010, 94). Nesta cerca houve uma horta, cujos produtos eram «distribuídos gratuitamente pelos romeiros e, no resto do ano, pelos moradores do Cabo» (Álvaro, 2010, 55). A Casa era abastecida por um aqueduto, que percorre cerca de 2 km desde a Azóia.

O Culto e os Círios

Sobretudo desde o século XVII, as peregrinações ganharam o favor das famílias da alta nobreza e da própria corte, que decidiu proteger o Santuário (Pereira, 2014, 120 e 123). Esse apoio teve diversas vertentes, incluindo uma berlinda que D. João V (1689-1750) ofereceu, em 1740, para o transporte da imagem (Martins, 2017, 24).

O primeiro Círio ao Cabo Espichel foi oficializado em 1430, quando o lugar passou para a alçada da Câmara de Sesimbra, que lá mantinha um ermitão (Álvaro, 2010, 48). Importa notar que os Círios correspondem a uma forma de devoção, segundo a qual as freguesias que formam o “giro”, visitam, cada uma no seu ano, o Santuário (Noé, 2013). O nome círio vem da tocha de cera que as irmandades de romeiros levavam «para oferecer ao altar da divindade» e pelo menos desde o século XVII que ao grupo de romeiros se passou a dar a designação de círio (Heitor Baptista, citado in Álvaro, 2010, 2; cf. também Ferreira, Cabaça, 2011, 42).

O Círio Saloio era composto por vinte e seis freguesias, mas inicialmente (até ao início do século XVIII) compunha-se de trinta. Existiam também outras freguesias que iam em romaria ao Cabo, não fazendo parte do Círio Saloio, pelo que, na sua época áurea, as romarias ao Cabo Espichel «terão somado um total próximo da meia centena de localidades» (Pato, 2016, 196; cf. também Pereira, 2005, 127 Noé, 2013).

Do Declínio à Recuperação

O Santuário não foi poupado durante as Invasões Francesas e logo em 1807 as tropas de Junot ocuparam o recinto e roubaram parte do tesouro. Mais tarde, o culto entrava em declínio, como se depreende de um texto de 1842, do nobre polaco Felix Lichnowsky (1814-1848), que, ao relatar uma visita ao Cabo, fala dos «romeiros que vinham antigamente, aos milhares, visitar aquela milagrosa imagem», dando a entender que já não tinha a mesma expressão (Álvaro, 2010, 65).

Entre 1887 e 1891, terminaram as romarias pelos círios saloios. Embora tenha existido um novo compromisso, feito em 1898, com a implantação da República, os círios foram novamente interrompidos (Martins, 2017, 24). Em 1926, a tradição ainda foi retomada pela freguesia de Odivelas, mas a recuperação do espaço, entretanto degradado, não foi imediata.

O primeiro passo importante para que se voltasse a dar atenção a este local, foi a sua classificação como Imóvel de Interesse Público, pelo Decreto nº 37.728 de 5 de Janeiro de 1950. A este momento, sucedeu-se a missão de estudo contratada pela Fundação Calouste Gulbenkian, entregue a alguns arquitectos portugueses, entre os quais Keil do Amaral, e que resultou num livro publicado em 1964, onde se lia: «Porque o santuário está em ruína. Abandonado. Abandonado e em ruína. Exactamente: esquecido, ignorado e caindo aos bocados» (Amaral et al, 1964, 8).

O processo de restauro, a cargo da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), iniciou logo nesse ano de 1964, prolongando-se até 1975, incluindo diversas intervenções. Em 1968, foi elaborado um projecto de recuperação do conjunto, realizado pelos arquitectos Keil do Amaral, Pinto de Freitas e Silva Dias (Noé, 2013). Porém, em 1975, «as hospedarias foram ocupadas ilegalmente, por famílias desfavorecidas» e só em 1995, quando foi dada ordem de despejo, as janelas e as portas das hospedarias foram

emparedadas (Martins, 2017, 25). Entretanto, os cários foram interrompidos até 1978; o ano de 1986 foi o último em que o giro se completou.

Em 25 de Julho de 1986, foi criado um grupo de trabalho para recuperação do Santuário, constituído por representantes da DGEMN, IPPC, Direção-Geral de Turismo e Enatur. No Relatório Final, datado de 10 de Fevereiro, previa-se que a ala Sul fosse «ocupada por instalações da Confraria, algumas habitações permanentes, uma hospedaria destinada a acolher peregrinos e uma zona de serviços e acolhimento público». A ala Norte seria destinada a «uma pousada e ainda algumas oficinas de artesanato e um auditório público» (Noé, 2013). Contudo, este projecto não se concretizou (Martins, 2017, 25).

A 15 de Novembro de 1995, o Decreto 40/95 autorizou a Confraria de Nossa Senhora do Cabo Espichel a doar ao Estado a ala Norte, tendo em vista a criação de uma pousada. A 27 de Dezembro deu-se a tomada de posse administrativa das hospedarias pela DGEMN. Entre 1997 e 2001, foram «realizadas obras de recuperação e restauro na Igreja» (Martins, 2017, 25). Por fim, no ano de 2016, a Câmara de Sesimbra adquiriu a ala Norte das hospedarias ao Estado com vista à sua reabilitação (Martins, 2017, 25).

DESCRIÇÃO

Os edifícios destinados ao Projecto Revive são as hospedarias da ala Norte e parte da ala Sul, que integram o complexo arquitectónico, de que não devem ser dissociadas. O conjunto é formado vários edifícios, sendo que a igreja, a Ocidente, forma um U com as hospedarias.

Tanto em termos físicos como simbólicos, o Santuário funciona como uma protecção para os romeiros, relativamente à falésia. O simples facto da igreja e das hospedarias estarem viradas a oriente, de costas para o promontório, assim como o facto da ala Norte ser maior, protegem este lugar dos ventos fortes que se fazem sentir, sobretudo vindos de Noroeste. As fachadas viradas para falésia têm poucas aberturas, o que também serve para proteger as casas e os romeiros (cf. Freitas, 1961, 37; Amaral et al, 1964, 31; Martin, 1993-1994, 75; Álvaro, 2010, 78; Martins, 2017, 18).

Como vimos, a Igreja foi projectada por João Antunes, sendo ele provavelmente quem delineou as hospedarias, incluindo o prolongamento da ala Norte. Corroborando esta

hipótese, Alexandre Álvaro é da opinião que o Santuário parece obedecer a «um traçado regulador, (...) que tem como base uma malha composta por um conjunto de medidas antigas portuguesas, em uso à data» (Álvaro, 2010, 88). Alexandre Álvaro também observou que o arraial, que é o «espaço principal de todo o conjunto» (Álvaro, 2010, 73), «parece ser regrado pela medida «proporção diagonal» do tratado de Serlio (1475-c.1554) (Álvaro, 2010, 90).

Os edifícios das hospedarias formam duas alas de planta rectangular. Possuem dois pisos, sendo a fachada principal, virada para o arraial, com arcada no piso térreo e janelas de peitoril no segundo. A cobertura das hospedarias, é na sua maioria feita por telhados de duas águas, mas terá sido inicialmente de quatro águas, como acontece no início da ala norte e próximo da Igreja (Martins, 2017, 20; cf. também Amaral et al, 1964, 31; Noé, 2013).

As duas hospedarias compreendem quarenta salas no piso superior (sobrados) e trinta e nove no inferior (lojas). Nos parapeitos de quatro janelas da ala Norte existe uma inscrição repartida, onde se lê «CAZAS DO SÍRIO DA IRMANDADE DE LIXBOA». O acesso aos sobrados é feito por uma escada comum a cada dois módulos. O interior é simples, apenas preparado para uma habitação temporária, com uma cozinha rudimentar com duas fornalhas, uma mesa, dois bancos corridos e um cabide (Amaral et al, 1964, 35; cf. também Martin, 1993-1994, 75).

Para além da zona de habitação, no lado Norte existia também o alojamento da Família Real, datado do tempo de D. Carlos I (1863-1908); cozinhas; casa das lenhas; cavalariças e casa do forno (no topo Oeste). A Casa da Ópera, cujo acesso se fazia por um corredor que ligava o arraial ao exterior Norte, tinha uma porta principal que permitia aceder ao *foyer* e duas laterais para salas (Álvaro, 2010, 74). Tinha uma ordem de camarotes, que foi depois reduzida a uma galeria geral; e a caixa do palco era espaçosa (Freitas, 1961, 30).

O conjunto das hospedarias com a Igreja tem uma certa monumentalidade, com carácter cenográfico, em grande medida conseguido graças à arcada de ritmo constante de ambos os lados do arraial. Esta configuração já foi comparada à (mais tardia) Praça do Comércio, pelos arquitectos Teotónio Pereira, Pinto de Freitas e Silva Dias, em *Arquitectura Popular em Portugal* (Martins, 2017, 18). A ideia foi desenvolvida por Baptista Pato, que considerou que o terreiro do Santuário foi um «vaticínio do que cinquenta anos depois

viria a ser o plano meticuloso da reconstrução pombalina do velho Terreiro do Paço» (citado in Álvaro, 2010, 79).

No entanto, a esta aparente monumentalidade, contrapõe-se a tipologia da arquitectura das hospedarias, que se inscreve na tradição saloia, o que levou Baptista Pato a caracterizá-la de «grandiloquência rural» (cf. Álvaro, 2010, 78). A ligação à «traça dos construtores da região saloia» também foi notada por António Freitas, que salientou a «preferência pela construção de dois pisos, insólita na arquitectura rural da península de Setúbal e margem Sul do Tejo»; e apelidou esta arquitectura de «semierudita» (Freitas, 1961, 30). Na missão de estudo de 1964, chamou-se a atenção para o «sabor popular, a simplicidade e o informalismo do conjunto, (...) mas que assim mesmo, por caminhos pouco comuns, atinge os domínios da arte e da monumentalidade» (Amaral et al, 1964, 6). Por sua vez, John H. Martin inseriu esta arquitectura no quadro da arquitectura vernacular, «though not altogether lacking in pedigree, for the dates of many of the structures are known and we know, or can presume, the royal patrons who encouraged and doubtless financed the many building programs» (Martin, 1993-1994, 68)

EPÍLOGO

Já mencionámos que o Santuário do Cabo Espichel foi classificado como Imóvel de Interesse Público pelo Decreto nº 37.728 de 5 de Janeiro de 1950. Deste modo, a sua salvaguarda arquitectónica, cenográfica e paisagística tem de ser assegurada, qualquer que seja o projecto que se venha a delinear para aqui. A sua importância patrimonial é significativa, abrangendo quer os aspectos históricos, arquitectónicos e artísticos, como ainda etnográficos e arqueológicos, tanto sob o ponto de vista do património material como do imaterial.

No projecto Revive, prevê-se a adaptação para fins turísticos da ala Norte e de parte da ala Sul¹. Essa adaptação terá de ter em consideração a configuração exterior do conjunto, sendo, na nossa opinião, de evitar ampliações que prejudiquem a leitura estabelecida no séc. XVIII. A sensação de segurança e acolhimento deverá ser preservada. Por outro lado, deverá ser ponderado o facto de a Igreja manter o carácter devocional, pelo que as

¹ Revive [<http://revive.turismodeportugal.pt/pt-pt/santuario-espichel>], cons. 14/12/2017.

alterações que venham a realizar-se deverão respeitar o espírito do lugar e a história do Santuário.

Julgando que a questão de restauro deve ser vista com cautela, há alguns aspectos que é importante preservar, como a simplicidade estilística, a repetição modular das hospedarias, proporcionada em parte pela arcada, nas fachadas viradas para o interior. Deve-se manter todas as inscrições antigas e a «diferenciação entre as fachadas que encaram o arraial e as voltadas para o exterior». Também se deverá preservar a «proporção entre vãos e o pano das paredes» (Álvaro, 2010, 167).

Quanto ao interior das hospedarias, somos da opinião que se deverá manter o valor de simplicidade. Assim como também notou Alexandre Álvaro: «devem ser mantidas: as espessuras e métodos e materiais construtivos das paredes exteriores (...); a configuração modular, (...), e que nos interiores se revelam na dimensão dos espaços e nas janelas (...); a configuração quadrada das janelas, e a sua caixilharia e portadas em madeira, bem como os bancos adjacentes a estas, as ditas *namoradeiras*; o soalho de madeira; a diferença entre o piso do arraial e das galerias, que confirmam a diferença de uso e de significado entre um elemento e outro» (Álvaro, 2010, 168).

Finalmente, qualquer que seja o destino a dar a este conjunto, é importante proceder à sua recuperação e reutilização, para evitar maior degradação.

BIBLIOGRAFIA

AA. VV.. 1904-1915. *Portugal - Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico*. João Romano Torres – Editor. Vol. II, p. 1262. Disponível online in [<http://www.arqnet.pt/dicionario/cunhalour1.html>], cons. 24/1/2017.

ÁLVARO, Alexandre Borges. 2010. *Santuário de Nossa Senhora do Cabo Espichel. Sentido para um Restauro*. Lisboa: FAUTL (Tese de Mestrado).

AMARAL, Francisco Keil et al. 1964. *O Santuário de Nossa Senhora do Cabo no Espichel*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

FERNANDES, Fátima. 2015. «Valorização da Arquitectura e da paisagem patrimonial do Cabo Espichel». *Revista de Cultura Arquitectónica*, pp. 103-110. *Impactum*. Coimbra University Press [<http://hdl.handle.net/10316.2/39943>], cons. 22/11/2017.

- FERREIRA, Alcino; CABAÇA, Ana (2011). “Santuário de Nossa Senhora do Cabo Espichel”. *Revista Arquitectura Lusíada*, N. 3 (2.º semestre 2011): p. 41-48.
- FONTES, Joaquim. 1952. *Aspectos Populares do Culto de Nossa Senhora do Cabo*. Lisboa: separata do Boletim da Junta de Província da Estremadura.
- FREITAS, António. 1961. «O Conjunto da “Senhora do Cabo” no Espichel». *Arquitectura*. N. 70 (Março), pp. 26-43.
- MARTIN, John H.. 1993-1994. “The Sanctuary of Our Lady of the Cape Nossa Senhora do Cabo. Cape Espichel, Portugal. A Study of Vernacular Building”. *Portuguese Studies Review*. Vol. 3, N. 1: 68-99.
- MARTINS, Leandro Filipe Correia. 2017. *Santuário de Nossa Senhora do Cabo Espichel. Intervenção e Projeto para uma Paisagem de Finisterra*. FAUL (Tese de Mestrado).
- MATOS, Fernando Mota de. 2007. «Santuário de Nossa Senhora do Cabo (ou de Santa Maria da Pedra Mua)». In Álvaro Duarte de Almeida, Duarte Belo (ccord.), *Portugal Património, Santarém, Setúbal*. Círculo de Leitores. Vol. VI, pp. 350-351.
- NOÉ, Paula. 2013. *SIPA*
[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6165] , cons. 14/12/2017.
- PATO, Heitor Baptista. 2016. «A Sacralização da Arrábida». *Casas Religiosas de Setúbal e Azeitão*, Setúbal: LASA-Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão - Estuário.
- PEREIRA, Fernando António Baptista. 2014. «O santuário do Cabo Espichel:a Lenda, o Espírito do Lugar e o modo de os dar-a-ver». *Revista Santuários, Cultura, Arte, Romarias, Peregrinações, Paisagens e Pessoas*. Vol. 1 (1): 116-125.
- PEREIRA, Paulo. 2005. *Enigmas. Lugares Mágicos de Portugal. Cabos do Mundo e Finisterras*. Círculo de Leitores.
- Revive* [<http://revive.turismodeportugal.pt/pt-pt/santuاريو-espichel>], cons. 14/12/2017.